



A VISÃO DE ALGUNS PROFESSORES ACERCA DA AUSÊNCIA DA TEMÁTICA “IDENTIDADE DE GÊNEROS” NAS 21 METAS DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO - PDE

Vânia Roseli de Alencar

Universidade Católica de Brasília – UCB- sgapos@ucb.br

RESUMO: A ausência da temática identidade de gênero assim como a ideologia de gênero no PDE gerou inquietações por parte da autora e de um grupo de professores que lidam, sobretudo com adolescentes. Destarte, deste desconforto emergiu a presente questão explorada no artigo. Focando especificamente no gênero feminino e revisitando as dificuldades por quais elas passam. A Região Administrativa de Samambaia RA XII foi o palco para o desenvolvimento da pesquisa por ser uma das RAs em que o número de habitantes do gênero feminino supera o dos habitantes do gênero masculino. Foram escolhidos 10 professores. Dos 10 professores pesquisados 9 demonstraram sensibilidade ao tema e, somente 1 demonstrou indiferença, mas, participou da pesquisa. Também foram utilizadas referências bibliográficas concernentes ao tema. A escolha dos professores deu-se de acordo com o interesse prévio pela temática. Todos eles atuam com adolescentes e percebem muitas famílias desta RA serem chefiadas por mulheres. Estes também demonstram preocupação em desenvolver uma educação significativa com seus discentes, envolvendo também a temática possibilitando a visibilidade às que pertencem ao gênero feminino.

Palavras-chaves: Identidade de gênero, professores, plano distrital de educação, mulheres.



INTRODUÇÃO:

O Plano Distrital de Educação – PDE sancionado em 14/07/2015 foi elaborado por iniciativa da Secretaria de Estado de Educação e do Governo do Distrito Federal e segue as orientações do Fórum Nacional de Educação. É um importante avanço para um melhor desenvolvimento e qualidade na educação. Traz em suas 21 metas muitas melhorias, mas, com referência ao termo “Identidade de Gênero” não houve muitos avanços. (PDE 2015). Traz em algumas estratégias propostas significativas para as mulheres, mas, não tem muito destaque (PDE 2015.p.40, 56, 112). E tais avanços poderiam proporcionar melhores desempenhos acadêmicos, pois a “identidade de gênero” poderia ser mais discutida no ambiente escolar, até mesmo por fazer parte da transdisciplinaridade, a qual permeia a complexidade e esta é presente na multidimensionalidade, conforme expõe Moraes (2015) e tem relação com a questão da identidade de gênero.

A identidade de gênero refere-se à forma como nos reconhecemos dentro dos padrões de gêneros vigentes na sociedade. O presente artigo fará referência de forma mais abrangente ao gênero feminino. Segundo Scott *apud* Senkevics (1995) “Gênero é uma percepção

sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual”. Para ela, o importante é dá sentido, forma às construções de significados culturais considerando as diferenças entre os corpos sexuados e inseri-los no contexto de relações hierárquicas, bem como a tentativa de aos poucos desconsiderarmos as categorias fixas.

Desde o período da colonização a discriminação de gêneros (termo melhor utilizado após a década de 80) e as desigualdades com relação, sobretudo ao sexo feminino manifestam-se na sociedade. O abismo com relação a este fato torna-se maior quando fazemos a análise de alguns segmentos e percebemos que a mulher ainda não pôde acessar todos. SAFFIOTI (2013) aborda esta questão e ainda nos convida a pensarmos as condições de classe e raça que também emergem ao tratarmos das condições de gênero. Tal questão materializa-se ao observarmos a disparidade com relação ao ingresso de homens e mulheres em cursos de tecnologia, a excludente divisão social do trabalho ainda latente na contemporaneidade e a ínfima presença da



mulher na política e nas Forças Armadas também sabemos que existem muitas mulheres que conseguiram destaque em diversos campos, destacando as áreas da tecnologia tais como: Ada Lovelace – uma das precursoras da ciência da computação, Grace Hopper – Uma das criadoras do COBOL (linguagem de dados de programação para bancos de dados comerciais, Johana Dobereiner – engenheira agrônoma de origem tcheca e naturalizada brasileira e teve relevante contribuição na história da soja tropical brasileira e a brasileira Mayana Zatz – Coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano na FAPESP uma das principais cientistas brasileiras. (Portal Brasil).

A Região Administrativa de Samambaia – RA XII, a qual atuam os professores participantes da pesquisa apresenta o total de 254,439 habitantes segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios-(PDAD) 2015, sendo que a maioria da população é constituída por pessoas do sexo feminino contabilizando 51,13% e total de 130,089 mulheres.

A autora e os professores participantes não tiveram dados oficiais de quantas mulheres desta Região Administrativa – RA são chefes de família, mas, observando o cotidiano em suas salas de aula,

dentre outros. Contudo, pode-se inferir que muitas mulheres fazem parte deste contexto e enfrentam inúmeras dificuldades relacionadas a esta condição.

Diante de tal problema surgiu a indagação para a construção do presente artigo. Será que a ausência explícita da temática “identidade de gênero” como uma das 21 Metas do PDE não estaria inviabilizando a discussão de temáticas referentes à vida destas mulheres. Diante disto, a autora propôs aos colegas docentes a seguinte indagação: Qual é a sua opinião acerca da ausência da temática “identidade de gêneros” no Plano Distrital de Educação-PDE?

METODOLOGIA:

Participaram da pesquisa 10 professores atuantes de escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal com idades entre 35 a 44 anos. Cinco dos respondentes são do sexo feminino e os outros 5 são do sexo masculino, sendo que destes últimos 2 respondentes são solteiros, sem filhos e tem mais de 35 anos. Utilizou-se como método questionário com a pergunta central e referências bibliográficas concernentes. Os professores serão identificados com nomes de deusas e deuses da mitologia grega. Escolha feita pela autora para preservar a identidade dos



respondentes e após detecção pós-leituras sobre a relação de alguns deuses com a temática gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A seguir tabela com características dos professores respondentes. Foi incluída também a religião destes, por ter sido uma categoria que emergiu nas indagações prévias dos respondentes.

Tabela 1 – Professor respondente da seguinte pergunta: Qual é a sua opinião acerca da ausência da temática “identidade de gêneros” no Plano Distrital de Educação-PDE?

Prof. (as) respond.	Quant. de partic.	A favor	Contra	Católicos	Evangélicos
Mulheres	05	05	-	05	-
Homens	05	04	01	04	01

O professor identificado como (Posêidon) foi bem receptivo e apresentou estar sensível à temática. A sua resposta foi a seguinte:

“Não estudar este tema, facilita aumentar a discriminação, o preconceito e até a violência contra as mulheres”. De forma inconsciente, reproduzimos padrões antigos mesmo que parece que somos mais “moderninhos”. Sua contribuição nos

remete a FREIRE (1996) quando ele

faz referência ao saber necessário à prática educativa defendendo que o “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Aqui, pode-se destacar a discriminação referente a “gênero”, bem como também à temática “identidade de gênero” e que qualquer ofensa, que pode surgir até com a falta de discussão sobre a temática, compromete a subjetividade do ser humano tornando-o invisibilizado.

O segundo respondente foi o professor (Hefesto). Foi muito atencioso em sua resposta, porém, apresentou muita preocupação, sobretudo no que se refere à falta de preparo pedagógico por parte dos professores, bem como os tabus externados por alguns segmentos da sociedade. Sua devolutiva foi:

“Acredito que o tema ainda não é tratado da maneira que se deve em sala de aula devido aos tabus e exageros de ambas as partes envolvidas, pois, ou se é conservador demais com a temática ou se é democrático a ponto de baixar o nível da discussão sobre o tema, tal qual é tratado em termos de baixo calão (vide a cartilha proposta pelo Ministério da Educação para ser usada em educação sexual). Ainda estamos longe de termos um consenso de



como trabalhar o tema em sala, sabido que ele é importante principalmente se iniciado com alunos de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, segmento em que boa parte dos alunos estão em fase de descoberta da sexualidade, entrando na adolescência e com realidades familiares diversas. É um absurdo não tratar esta temática em sala de aula nesta faixa etária, porém, devemos ter em mente objetivos claros e abordagem mais humana e adequada àquele ano/turma.”

A fala do professor faz associação ao que PEDROZA (2012.p. 169) defende em seu artigo, que os educadores devem ter consciência do papel da escola na formação dos adolescentes, pois este é o espaço designado para o ensino formal e deve-se levar em consideração que a sociedade brasileira privilegia este ensino formal. “A questão da adolescência e da violência de dentro da escola, ou seja, considerando o espaço da escola como essencial na formação do adolescente, uma vez que nossa sociedade privilegia a escolarização dos seus cidadãos.” E a escola é o palco oficial aonde a educação formal deva se efetivar, mas, o desenvolvimento desta educação formal não é permeado somente pelos aspectos cognitivos. As peculiaridades inerentes à adolescência também emergem. Por exemplo, como lidarmos com a

“violência”, “violência de gêneros”. A fala do professor também remete à omissão que muitos responsáveis pela educação tanto no âmbito macro (Leis, Decretos, Parâmetros) e no âmbito micro (escola, sala de aula) cometem ou não ao saber como abordar didaticamente ou a negligência em não abordar a temática em sala de aula.

O professor (Apolo) apresentou-se como muito interessado à temática. Possui experiência como professor, já foi gestor de escola e já desenvolveu trabalhos voluntários com mulheres presidiárias. Sua resposta foi a seguinte:

“Para mim, a palavra “civilização” é bem controversa quando aplicada aos nossos tempos”. Dou-me conta cada vez mais que estamos à espera de algum Apocalipse ou Armagedon, algo transcendente. Há algo por resolver com relação à humanidade. Chagas abertas há milênios, purulentas e feridas nos acompanham ainda hoje em nossa existência. Há uma fissura na coluna aparentemente incólume, há uma fissura... a ausência da temática no PDE é algo sintomático e muito previsível, quase já esperado e não me consolaria se estivesse presente no PDE. Há algo esquizofrênico por parte do estado quando se toca em questões de gênero. Parece que a sua



vocação é mais burocrática. O estado gosta de criar leis, decretos, resoluções, de dizer que isso pode isso não podem. O estado adora papeis.

Que fazem os planos! Quais são os planos do estado? Eu me arrisco a responder: Não se envolver, não se implicar, não se arriscar, não inovar, não se comprometer. O estado representa uma parcela significativa da sociedade que não quer acolher suas diferenças. Há nesses planos um cheiro fétido... “São livros velhos, com receitas inaplicáveis, inúteis.”

O (professor Apolo), com suas palavras faz-nos lembrar das ações antidialógicas que FREIRE (2005) aborda em sua célebre obra. O opressor não dá visibilidade às questões do oprimido e nem tampouco se preocupa com estas “chagas purulentas” como diz o professor. Para o Estado, somente a existência de leis, decretos, resoluções e outras já bastam. Se elas são efetivas e aplicadas de fato, para o Estado pouco importa. As questões de gênero permeiam outras que podem fazer surgir políticas públicas para atenderem as demandas, sobretudo na saúde, educação e segurança. Para o Estado não há interesse, e assim, os opressores seguem com suas negligências e os oprimidos com “chagas abertas” que crescem e doem cada vez mais e podem causar prejuízos, sobretudo relacionados à

identidade, subjetividade dos discentes.

O (professor Zéus) muito dedicado aos alunos e à comunidade que atua. Sua resposta é a que segue:

“Sim, sou totalmente de acordo à abordagem em sala de aula e em todos os segmentos da sociedade. As mulheres, os homens e os demais que se sentem bem com o “gênero” que adotaram merecem respeito. São cidadão, pagam suas contas. Não podem ser impedidos de viverem como querem. Nossa sociedade deveria ser preocupar mais com os corruptos e não com estas questões. Com relação às mulheres, estas, já sofreram muito e ainda sofrem. A rotina de muitas mães de alunos não é nada fácil. Percebemos isso no dia a dia, nas reuniões bimestrais dos alunos e quando são convocadas. Difícil não ter um momento onde estas “desabafam” sobre suas vidas.”

Este professor disse também que os alunos, principalmente as meninas sempre querem conversar sobre questões do cotidiano. Falam de seus sonhos, anseios, objetivos. O professor diz que gosta muito de escutá-las, pois, ele entende que é um momento de acolhimento dessas alunas e que além de deixá-las mais a vontade, tal fluidez é positiva para suas aulas. Como aborda MORIN (2000.p.38) quando se refere à



multidimensionalidade como parte do ser humano e suas unidades não podem ser ignoradas. “Unidades complexas como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional.” O acolhimento permite o respeito entre as partes e oportuniza uma melhoria no aprendizado e nas relações intra e interpessoais no ambiente escolar e fora deste.

Agora a análise é da fala do (professor Hermes). Além de ser professor é estudante de Direito ele pretende especializar-se em Direito Penal. É o único evangélico entre os respondentes:

“O Estado, além de laico, não tem sexo e nem gênero”. As políticas Públicas não deveriam ser pensadas para cidadãos, não para segmentos e esse discurso segmentado da sociedade não engrandece o Estado. “Do contrário, apequena.”

O referido professor após responder a questão, externou que existem muitas questões pedagógicas e situações às quais ele não consegue resolver. Por vezes, sente um misto de insegurança e às vezes “repulsa”. Na verdade, não gosta da sala de aula e quer finalizar seu Curso de Direito para inserir-se em outra ocupação. Lidar com crianças e púberes é um

grande desafio para ele. Até tem propostas que ele considera interessante, boas para o contexto, mas, não consegue colocar em prática por falta de apoio da direção da escola, segundo ele. Diz estar muito cansado e desmotivado e a última coisa que ele conseguiria seria discutir questões acerca da “identidade de gêneros”.

A contribuição do professor nos faz pensar sobre certa descrença na atuação do docente. O professor desmotivado, sem apoio e que não vê sentido nas atividades que lhe são propostas e não consegue inovar. Tais questões podem comprometer a qualidade do desenvolvimento do aluno (a). DEMO (2011.p.12) aborda sobre a má estrutura da escola. “Podemos fazer referência à fala do professor “Hermes” quando diz que até leva proposta, mas, se sente tolhido, ou seja, sua motivação é tolhida e vai de encontro ao que diz DEMO (2011)” Aceitar como normal uma escola sem amor, sem calor, sem a paixão pelo conhecimento, pela descoberta, pela ciência, pela arte. “Até parece que a instituição escolar se transformou num depósito de tudo o que há de negativo na sociedade.” Acrescentando neste caso a situação do professor “Hermes” que se assemelha com muitos neste país. Estar em uma função que não o agrada, que não faz mais sentido e o faz ficar desinteressado



aos temas da contemporaneidade.

A partir deste ponto, começaremos a análise das respostas das professoras participantes. A identificação das respondentes também será com uso de nomes de deusas da mitologia grega.

A (professora Afrodite) respondeu de forma bem objetiva:

“Sim, sou a favor da temática. Mas, caso ela viesse ser aprovada e trabalhada na escola teria que seguir uma abordagem imparcial, informativa e esclarecedora.”

Neste caso, poderia fazer relação ao que já é proposto pelos Temas Transversais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) “Na prática pedagógica interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente”, pois a interdisciplinaridade caracteriza-se por ser uma linguagem comum entre diferentes disciplinas e a transversalidade à luz dos PCNs promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de noção. Assim, caberia interdisciplinarizar e o envolvimento maior com pesquisas para poder trabalhar de uma forma cuidadosa.

Vejamos a resposta da (professora Nice):

“A ausência desta temática pode perpetuar essa agressão velada. É preciso respeitar cada um

com suas características específicas.

“Mesmo defendendo o respeito e direito a todos ainda não saberia como lidar com essa questão tranquilamente.”

Aqui, a professora percebe uma lacuna a ser preenchida caso fosse trabalhar questões acerca da “identidade de gênero”. Ela tem ciência da ética que deve ser atribuída ao assunto bem como do direito que os alunos teriam em abordarem tal questão. Mais uma vez, podemos nos referir a FREIRE (1996.p. 41), quando ele diz que “Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural”, ou seja, para discutir com os alunos e alunas questões acerca da “identidade de gênero” é necessário fomentar também em sala de aula a ética. Mas, como realizar o fomento se o professor não vê a obrigatoriedade de trabalhar o tema em sala de aula?

Conhecemos agora o que relatou a (professora Atena):

“Sou a favor da temática na escola. Mas, a identidade de gênero é um tema bem complexo, acredito que nascemos sim com nosso gênero definido. Sei que existem vários episódios de crianças que não tem noção de sexualidade externar uma mudança de sexo, mas, vejo também, os pais serem bem permissivos. Sou “suscetível à mudança de sexo na



sociedade, mas, para mim é um pouco confusa.”

Aqui a (professora Atena) expõe que é favorável à abordagem, porém, explicita sua visão acerca do tema como complexo. Pode-se considerar que se a temática fosse de fato aprovada como metas, a realização de formações continuadas seria favorável para que os professores pudessem trabalhar com cuidado e segurança no que se refere à cientificidade e, sobretudo a ética.

Assim, podemos fazer referência ao Livro Gênero e Diversidades na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais- Livro de Conteúdos (2009) utilizado em curso de formação para professores em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) , no qual ele aborda em suas primeiras páginas que as leis serão insignificantes se não tiverem conscientizações visando mudanças de mentalidades e práticas. E assim será possível desempenharmos papéis efetivos visando transformações sociais.

A (professora Artêmis) assim respondeu:

“Infelizmente os conservadores da bancada evangélica pressionaram muito para a exclusão da meta voltada para a identidade de gênero. Mas, penso que a educação não pode aceitar tal perda, pois é de suma importância trabalhar essa questão em sala de aula. O objetivo de se trabalhar identidade de gênero é de se combater o preconceito tão presente na sociedade. Trabalhar as diversidades, mostrando aos alunos que o respeito é algo primordial para uma melhor convivência em grupo.”

Portanto, pode-se fazer referência ao que Libâneo (2011.p. 113) defende ao mencionar sobre os meios materiais, pessoais e institucionais no fomento à educação. Aqui, destaco os meios pessoais “[intercomunicações existentes entre as diferentes pessoas envolvidas na situação escolar, incluindo as posições sociais das pessoas e as comunicações que se dão]. “ Sendo assim, ao valorizar os aspectos globais propostos por Libâneo, também insere-se a visibilidade à diversidade e nesta a “identidade de gênero” é contemplada. O aluno ou aluna desestabilizado emocionalmente após um episódio de discriminação tenderá a comprometer suas relações enquanto integrante de um grupo.

Por fim, será feita a análise da resposta da (



professora Hera):

“Acompanhei a votação do PDE. A bancada evangélica conservadora barrou a temática por acreditar que a ideologia de gênero/identidade de gênero pudesse desorientar e desvirtuar as crianças e suas famílias. O que está embutido nessa situação é que há extremos (essa é a minha opinião). Há uma interpretação manipulada assim como pode ser interpretada de qualquer maneira. Na minha opinião, a temática veio para dar visibilidade às populações em minorias na sociedade e o que vejo é o foco em apenas um lado da questão (ser homem ou mulher) o que não vai impedir de uma criança/adolescente escolher seguir opção contrária ao padrão que a sociedade instituiu”.

A resposta da (professora Hera) se assemelha à análise do (professor Hefesto), pois, ambos referem-se a extremos que por vezes são cometidos. Aqui também podemos pensar sobre a possibilidade de uma “Escola criativa e transdisciplinar do futuro pública” MORAES (2015) no sentido de atender a todos sem distinção. Abordando as questões de gênero, relações étnico-raciais, classe, sociais, econômicas, afetivas e com o foco principal na ética.

Conclusões:

A identidade de gênero ainda é uma temática pouco conhecida. Pode-

se perceber pelas repercussões que geraram quando ela não pode ser contemplada nas 21 Metas do PDE, no contexto do Distrito Federal. Muitas pessoas julgam sem ao menos saberem o seu sentido e refletirem acerca.

Podemos perceber que dos 10 respondentes à pergunta, somente um demonstrou não estar muito interessado. Então, é possível inferir que seja pela desmotivação que o referido professor tem acerca de sua atual situação e achar que não se identifica mais com a educação. Podemos perceber que os outros (as) 9 professores são sensíveis à temática e acreditam que podem fazer uma mudança, bem como deixaram bem claro que, para que um professor possa trabalhar as questões sobre “identidade de gêneros” e seus congêneres eles precisam estarem mais bem informados e a participação em cursos de formação continuada parece ser um bom caminho.

As mulheres sempre enfrentaram dificuldades com relação ao ingresso no mundo do trabalho, ingresso em alguns cursos superiores (tecnologias), enfrentam muitos obstáculos para manterem uma casa quando são chefes de família e etc.

Fatores que passam de geração a geração e com isso a dominação do patriarcado só se perpetua. Algo melhorou, mas, a



invisibilidade destinada à mulher ainda é muito forte.

Acreditamos que um professor bem capacitado, um aluno que realmente queira aprender a “ser, pensar, inovar, interagir, respeitar, socializar” dentre outros possa se desenvolver eticamente, respeitando as pessoas não importando qual o seu gênero e nem tampouco o desrespeitando na forma como este se autodefine com relação a sua identidade de gênero.

Neste anseio por uma educação que não seja machista, misógina, racista, sexista a escola pode contribuir e muito. Basta que a deixem em paz e reconheçam as multidimensionalidades e as demandas inerentes que precisam ser respondidas. A escola é um dos principais palcos para esta metamorfose.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. 1997. <<http://www.portalmec.gov.br>> acesso em 1º de maio de 2016.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. 7. Ed. São Paulo. Cortez. 2011. 213.p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 34. Ed. São Paulo. Paz e Terra. 2006. 148.p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 49. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2010. 213p.

Gênero e Diversidade na Escola: **Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESG; Brasília: SPM. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. 26. Ed. São Paulo. Loyola: 2011.160.p.

MORAES, Maria Cândida. **Transdisciplinaridade, Criatividade e Educação**. 1. Ed. Campinas SP. Papirus: 2015. 183. p.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 2. Ed. Brasil. Cortez. 2000. 118.p.

PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. **Escola, Adolescência e Violência, Construções Sociais**. Adolescência e Violência Intervenções e Estudos Clínicos, Psicossociais e Educacionais, UNB. Brasília, p. 169-179, 2012.

PDAD – **PESQUISA DISTRITAL E AMOSTRA DE DOMICÍLIOS**. 2015 Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br> acesso em 30 de abril de 2016.



PDE - PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – 2015 Disponível em <<http://www.sinprodf.org.br>> p. 40-56-112. Acesso em 1º de maio de 2016.

PORTAL BRASIL, Conheça as atribuições de Joana Doberheiner para a Ciência. Disponível em <<http://www.PortalBrasil.gov.br/Ciência-etecnologia/2010>> Acesso em: 02/05/2016.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013. 528. p.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SENKEVICS, Adriano. O Conceito de Gênero por Joan Scott: Gênero Enquanto Categoria de Análise. Ensaios de Gênero. Disponível em: <http://EnsaiosdeGênero.wordpress.com/> acesso em 02 de maio de 2016.

